

JORNAL DE BRASÍLIA

Só com sacrifício é possível pagar a dívida, diz Bresser

Externa

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, explicou ontem aos membros da Comissão Especial do Senado que estuda o problema da dívida externa que a idéia básica do Governo assenta-se na compatibilização entre o serviço da dívida e o crescimento do País com suporte no plano de controle macroeconômico, que ele considera viável, a despeito da opinião de algumas correntes de economistas, para os quais é impossível ao Brasil crescer e, ao mesmo tempo, obter um superávit comercial de US\$ 10 bilhões e, ainda, pagar os juros sobre o serviço.

Na opinião de Bresser, mesmo diante dos argumentos de que só com o plano econômico não seria possível pagar a dívida externa, sua execução é bastante viável, «desde que haja um sacrifício do País». Recordou o ministro, ao descer a pormenores sobre o plano macroeconômico, que o Brasil precisaria obter junto aos bancos privados, US\$ 7,2 bilhões nos próximos dois anos, para financiamento de juros.

Nesse período de dois anos, ainda como explicou, o Brasil deverá

pagar US\$ 11 ou US\$ 12 bilhões. Para a execução prática do programa, seria necessário, também, que os «spreads» baixassem a zero e, com tais condições, seria possível compatibilizar o crescimento com o pagamento do serviço da dívida. Uma vez acertadas tais condições, segundo informou Bresser às autoridades norte-americanas e aos bancos credores, seria possível ao País sair da moratória.

“Conversão deve ser feita”

Em sua exposição aos senadores que integram a Comissão Especial da Dívida Externa, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ressaltou os seguintes pontos:

Negociação com os bancos credores — Começará em setembro. O ministro estabeleceu algumas condições básicas para a negociação, entre elas um **spread** (taxa de risco) zero, que representaria uma economia de US\$ 1,3 bilhão e crédito de US\$ 7,2 bilhões entre 1987 e 1988.

FMI — Bresser reiterou a necessidade de se inverter a ordem

Bresser Pereira informou aos senadores que, no momento, o Brasil não tem necessidade de ir ao Fundo Monetário Internacional, nem tem interesse num acordo com o órgão, por vários motivos: porque o poder do fundo em ter os bancos vinculados a ele é excessivo. E porque o País não poderia acertar um acordo com o FMI diante da nossa decisão, «muito firme», de proteger as reservas em torno de US\$ 4 bilhões.

na estrutura do poder do sistema financeiro internacional, fazendo em primeiro lugar um acordo com os bancos credores e somente depois com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Conversão da dívida — «Pode e deve ser feita», segundo o ministro, mas com critérios estudados com cautela. Qualquer tipo de regulamentação não permitirá a compra de empresa nacional. Além disso o Governo está preocupado com a emissão de moedas (base monetária) que contribuiria para transformar a conversão em dívida interna.